



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº DE 2024
Do Sr. Deputado **GILSON MARQUES**

Apresentação: 18/04/2024 18:10:17.850 - CCIC

REQ n.7/2024

Requer a realização de audiência pública para debater as violações de direitos e garantias fundamentais pelo TSE, conforme relatório do Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 117, inciso VIII, 255 e 256, do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública para debater as violações de direitos e garantias fundamentais pelo Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal, conforme relatório do Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA publicado em 17 de abril de 2024¹

JUSTIFICAÇÃO

O recente relatório do Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA, que expõe preocupações com a censura e a supressão de vozes dissidentes no Brasil, especialmente direcionadas a críticos do governo e do sistema eleitoral, torna-se um tema crucial para o debate nesta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania sobre a saúde da democracia brasileira. A liberdade de expressão e o direito à crítica política são pilares fundamentais de qualquer sociedade livre e justa, e sua fragilização exige atenção imediata desta Comissão.

¹ <https://twitter.com/judiciarygop/status/1780733180372218151?s=46> Acesso em 3/04/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242484872700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



* C D 2 4 2 4 8 4 8 7 2 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 18/04/2024 18:10:17.850 - CCIC

REQ n.7/2024

O relatório detalha casos de indivíduos, como políticos, jornalistas e influenciadores, que foram silenciados, por meio de processos sigilosos, por expressarem opiniões contrárias ao governo e às instituições judiciais. Tal prática representa um ataque direto à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias, elementos indispensáveis para o debate público saudável e para a tomada de decisões conscientes pela sociedade.

As ações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), mencionadas no relatório, que resultaram na censura de dezenas de brasileiros e na supressão de conteúdo crítico, geram ainda mais preocupação. O uso da autoridade judicial para silenciar vozes divergentes configura-se como abuso de poder e violação dos direitos individuais dos cidadãos.

A censura e a supressão de opiniões divergentes minam o debate público, impedem a livre troca de ideias e, conseqüentemente, fragilizam a democracia. A pluralidade de vozes é essencial para uma sociedade vibrante e saudável, e qualquer medida que a restrinja deve ser repudiada e combatida.

O relatório do Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA, ao trazer à tona essa problemática, demonstra que a questão das violações de direitos no Brasil não se restringe ao âmbito nacional, mas possui repercussões internacionais. Isso reforça a necessidade de um debate público aberto e transparente sobre o tema, com o objetivo de buscar soluções e defender os princípios democráticos.

É fundamental lembrar que a Constituição Brasileira garante o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa. Qualquer ação que viole essas garantias constitucionais deve ser questionada e combatida, a fim de preservar o Estado de Direito e os princípios democráticos.

Com base nessas considerações, solicito a realização de uma audiência pública para debater as violações de direitos e garantias fundamentais pelo TSE e pelo STF, conforme destacado no relatório do Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA. Essa audiência é essencial para promover a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

transparência, a prestação de contas e o respeito aos direitos individuais dos cidadãos brasileiros.

Deverão ser convidados para participar da Audiência Pública os seguintes especialistas:

- **André Marsiglia**, advogado constitucionalista, professor e palestrante;
- **Luciano Timm, advogado**, Professor da Graduação da FGV Direito SP. Foi professor de Direito Civil da PUCRS e coordenador do LLM em Direito dos Negócios da Unisinos (Porto Alegre) e da Escola de Direito do CEU IICS;
- **Ives Gandra Martins**, jurista, advogado, professor e escritor, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e membro da Academia Brasileira de Filosofia;
- **Ronaldo Porto Macedo Jr.**, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Professor Titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP, Professor de Filosofia Política, Ética e Teoria do Direito na FGV Direito SP e Professor do LL.M Legal Theory Program na Goethe University.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2024.

GILSON MARQUES
Deputado Federal
NOVO

